

BROCHURA DO **PLANO MUNICIPAL**

PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO 2022-2027



no cavado
PRÓ-IGUALDADE

Entidade Promotora



Entidade Parceira



Entidades Financiadoras



Ficha Técnica

Entidade promotora

Comunidade Intermunicipal do Cávado

Entidade parceira

Câmara Municipal de Terras de Bouro

Entidade consultora

Semeiateclas, Lda

Título

Brochura do Plano Municipal Para a Igualdade e Não Discriminação 2022-2027

Equipa do projeto da CIM Cávado

Serviço de Ação Social do Município de Terras de Bouro

Equipa para Igualdade na Vida Local de Terras de Bouro

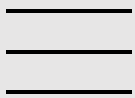
Unidade de Políticas Sociais da Comunidade Intermunicipal do Cávado

Data

Maio, 2023

Financiamento

Fundo Social Europeu através do POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego/ CIG – Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género



Entidade Promotora



Entidade Parceira



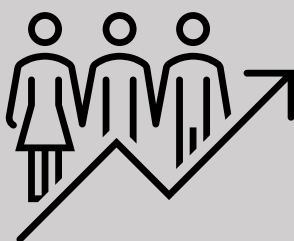
Entidades Financiadoras



Índice



- Índice **(04)**
- Introdução **(05)**
- Percurso do Município na Igualdade e Não Discriminação **(06)**
- Roteiro Metodológico **(07)**



- Diagnóstico Externo **(10)**
- Diagnóstico Interno **(28)**
- Diagnóstico Participativo **(34)**



- Plano de ação **(36)**
- Eixos prioritários de intervenção – alinhamento estratégico **(37)**
- Sistema de Governança, Monitorização e Avaliação **(43)**



Introdução

A igualdade e a respetiva não discriminação está consagrada no Artigo 13º da Constituição da República Portuguesa, e é fundamental à vida numa sociedade democrática, sendo, por isso mesmo, promovida pelo Estado, enquanto aspeto de intervenção comunitária basilar.

O combate às desigualdades de género deve ser colocado em ação por todos os setores da sociedade, pelo governo, pelas autarquias, pelas empresas, pelos trabalhadores e trabalhadoras, pela comunidade em geral, com vista a uma vivência plena da cidadania, um pré-requisito para uma sociedade justa e equitativa.

As autarquias, pela sua proximidade social, possuem um papel preponderante, tornando-se muitas vezes no motor operacional das políticas públicas, e o maior influenciador das boas práticas, com impacto direto e real nos membros da sua comunidade.

Consciente deste papel de proximidade e em alinhamento com o progressivo investimento que tem existido a nível europeu, nacional e regional, na promoção da Igualdade e a Não Discriminação (IGND) (em termos sociais, económicos, políticos, cívicos e culturais), enquanto princípio de justiça social e alicerce da democracia, promove-se a elaboração deste documento, tal como previsto na Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) 2018-2030 “Portugal + Igual” como instrumento de “... *mainstreaming nas diferentes áreas de política da administração local (...) que traduzam, à escala local, a estrutura da ENIND e respetiva articulação e concretização em planos setoriais locais, salvaguardando a autonomia das autarquias e a especificidade regional.*”

O Município de Terras de Bouro e a Comunidade Intermunicipal (CIM) do Cávado, conscientes da necessidade interventiva no âmbito da igualdade de género e não discriminação (IGND) (e por perceber a sua importância), apostou num diagnóstico sob a perspetiva da IGND, procurando identificar as vulnerabilidades e fragilidades do município, mas, ao mesmo tempo, as suas potencialidades e recursos. O objetivo é de produzir uma mudança consciente e proativa, com base numa auscultação real e efetiva da sua comunidade.

O presente documento estrutura-se em três partes centrais do processo de planeamento estratégico neste domínio de intervenção, que vai desde a realização de uma análise diagnóstica (quantitativa e qualitativa), a definição dos alicerces do plano municipal para a igualdade (eixos prioritários, objetivos, linhas de ação, parcerias e calendarização), até ao sistema de monitorização e avaliação da execução do plano.

Este documento reporta ao trabalho desenvolvido na primeira e em parte na segunda atividade, no âmbito da Operação POISE-01-3422-FSE-000066, aprovada no pelo Aviso n.º POISE - 22-2020-03 do Programa Operacional Temático da Inclusão Social e Emprego (POISE).

Percurso do Município na Igualdade e Não Discriminação

O Município de Terras de Bouro tem ao longo dos anos vindo a reconhecer a importância do princípio da igualdade e não discriminação, e tem efetuado um percurso significativo neste domínio, ainda que com níveis de ação diferenciados e ao ritmo das dinâmicas do território local.

De foram sucinta, e numa cronologia de trabalho mais inicial, verificamos que o Município de Terras de Bouro tem vindo a subscrever e a celebrar um conjunto de protocolos e documento no âmbito da igualdade.




<p>2011</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Formação para Conselheiras e Conselheiros Municipais”
<p>2013</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação (subscrição)
<p>2019</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Protocolo de Cooperação para a Igualdade e Não Discriminação – nova geração
<p>2020</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto “Cávado + Igual” – Igualdade e Conciliação (até ao presente)
<p>2021</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Projeto Aurora – Resposta de Apoio Psicológico (RAP) • Projeto “Pró-Igualdade no Cávado” – Elaboração do Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação de Terras de Bouro (até ao presente)

Roteiro metodológico

O Plano Municipal para a Igualdade e Não Discriminação (PMIND) foi elaborado, à luz dos guias para a integração local a nível da perspetiva de género e das orientações do kit de ferramentas para diagnósticos participativos, produzidos pelo Projeto Local Gender Equality (LGE), e de acordo com a sequência cronológica que se passa a apresentar.




Numa primeira fase, desenvolveu-se uma análise diagnóstica da realidade municipal através das seguintes etapas estruturantes:

1.ª FASE – DIAGNÓSTICO

 <p>Análise Documental</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Documentos estratégicos nacionais • Documentos de gestão e planeamento municipal
 <p>Recolha e análise de informação quantitativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • 38 indicadores das políticas de igualdade ao nível local • Dados estatísticos desagregados por sexo • Inquérito por questionário a nível interno e externo
 <p>Recolha e análise de informação qualitativa</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sessões de <i>focus group</i> a nível interno (executivo, dirigentes e trabalhadores/as) • Sessões de <i>focus group</i> a nível externo (parceiros sociais)

Numa segunda fase, procedeu-se à construção participada do Plano através das seguintes etapas estruturantes:

2.ª FASE – PMIND

 <p>Alinhamento estratégico</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Contexto internacional • Contexto nacional • Agenda 2030 - ODS
 <p>Planeamento participativo para a definição das ações</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Sessões de <i>focus group</i> a nível interno e externo
 <p>Elaboração e Aprovação dos PMIND</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Reunião de Equipa para a Igualdade a Nível Local • Reunião de Câmara Municipal • Reunião de Assembleia Municipal



Entidade Promotora



Entidade Parceira



Entidades Financiadoras



Diagnóstico externo

Caraterização geográfica

O concelho de Terras de Bouro situa-se na região Norte do país (NUTS II), sendo parte integrante do distrito de Braga. Com uma extensão de 270 km². Abrange grande parte do Parque Nacional da Peneda-Gerês, sendo atravessado pelos rios Caldo, Homem, Gerês e Cávado.

Relativamente às unidades territoriais de menor dimensão, o município de Terras de Bouro possui um total de 14 freguesias.



O concelho de Terras de Bouro na NUTS III Cávado

Síntese demográfica

A população residente no concelho de Terras de Bouro tem vindo a diminuir, sucessivamente, nas últimas duas décadas. Em 2021 verificamos que a população residente no município é de 6.358.

A densidade populacional, que é definida pela intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma determinada área territorial e a superfície desse território, acompanha a tendência de diminuição da população residente.



POPULAÇÃO RESIDENTE (2021)

6.358 residentes



DENSIDADE POPULACIONAL (2021)

22.9 habitantes/KM2

Ao analisarmos a população residente, em termos de distribuição por sexo, podemos conferir um predomínio de residentes do sexo feminino no concelho. No município de Terras de Bouro em 2021 indicam uma proporção de 51,7% de mulheres (3.284) para 48,3% de homens (3.074).



POPULAÇÃO RESIDENTE POR SEXO (2021)

3.284
mulheres

3.074
homens



A taxa bruta de natalidade do município, ou seja, o número de nados-vivos ocorrido durante ano civil de 2020, referente à população média desse ano, foi de 6,3%.

A análise do número total de óbitos de residentes asserta que em Terras de Bouro morreram, no ano de 2020, 87 pessoas, 41 do sexo feminino e 46 do sexo masculino, numa proporção de 47,1% para 52,9%.



NÚMERO DE NADOS VIVOS (2020)

6,3%



ÓBITOS (2020)

87

pessoas

41 mulheres

46 homens

Ao considerarmos os grandes grupos etários temos, em 2020, no município de Terras de Bouro: 630 jovens, 331 do sexo masculino e 299 do sexo feminino; 3.991 residentes em idade ativa, sendo que 1.959 são do sexo masculino e 2.032 do sexo feminino.



POPULAÇÃO JOVEM (2020)

299

mulheres

331

homens



POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA (2020)

2.032

mulheres

1.959

homens

Com mais de 65 anos registavam-se 1.718 residentes, 730 do sexo masculino e 988 do sexo feminino. Também neste grande grupo etário é possível verificar mais elementos do sexo feminino.

A leitura seguinte contempla outro indicador importante na caracterização da população residente, o índice de envelhecimento. Este estabelece a relação entre a população idosa e a população jovem (o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos). Verificamos uma tendência crescente do índice de envelhecimento populacional no município de Terras de Bouro, que em 2021 era de 287,6 idosos e idosas para cada 100 jovens.



POPULAÇÃO RESIDENTE COM +65 ANOS (2020)

988
mulheres

730
homens



EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR GRUPOS ETÁRIOS (2021)

100
jovens

287,6
séniores

Ao incidirmos sobre os números totais da população estrangeira residente no concelho, percebemos que, em termos de sexo, que existem mais elementos do sexo feminino em 2020, havia 41 mulheres para 29 homens, ou seja, uma proporção na ordem dos 58% do sexo feminino para 42% do sexo masculino.



MOVIMENTOS DA POPULAÇÃO ESTRANGEIRA (2020)

41
mulheres

29
homens

Síntese educativa

De acordo com o Censos de 2021 (INE- dados provisórios), o nível de escolaridade mais representativo no concelho de Terras de Bouro é o do ensino básico, com 3.782 munícipes, 1.946 do sexo masculino e 1.836 do sexo feminino. Estes números traduzem mais de 51% do total da população residente. Com o ensino secundário e ensino superior completos existem 1.218 e 487 munícipes, respetivamente. Em termos percentuais estes níveis representam 19% e 7,7% do total da categoria.



ESCOLARIDADE ENSINO BÁSICO (2021)

1.836

meninas

1.946

meninos



ESCOLARIDADE ENSINO SECUNDÁRIO E SUPERIOR (2021)

19%

população com secundário completo

7,7%

população com ensino superior completo

Em termos proporcionais, da variável sexo, destacámos a predominância do sexo feminino nestes níveis, em particular no ensino superior, já que mais de 65% da população com este nível de escolaridade completo são mulheres. Sem qualquer tipo de escolaridade temos uma população de 871 munícipes, 496 do sexo feminino e 375 do sexo masculino.

No que diz respeito à taxa de analfabetismo na população residente, com mais de 10 anos, percebe-se uma diminuição, ainda assim, neste momento censitário, a taxa de analfabetismo é significativamente superior nas mulheres.



POPULAÇÃO SEM ESCOLARIDADE

496

mulheres

375

homens



ANALFABETISMO (2011)

12,2%

mulheres

6,2%

homens

Ao incidir sobre a população escolar destacámos, em primeiro lugar, o ensino pré-escolar. Do total de 126 matrículas do ensino pré-escolar no ano de 2020, no município de Terras de Bouro, 56 eram do sexo feminino e 70 do sexo masculino. Estes valores representam uma predominância de alunos, numa proporção de 55,5% para 44,5 %.

A análise do número de estudantes a frequentar o Ensino Secundário, por curso científico-humanístico, na modalidade de ensino recorrente, e desagregado por sexo, apresenta-nos uma predominância de alunas em todas as áreas, em termos absolutos de matrículas, acompanhando os totais da categoria. O sexo feminino está maioritariamente representado quer na área de Ciências e Tecnologias quer em Línguas e Humanidades, constituindo 58% do número total de alunos/as.



MATRÍCULAS NO PRÉ-ESCOLAR (2020)

56

meninas

70

meninos



MATRÍCULAS NO ENSINO SECUNDÁRIO (2020)

+meninas

em todos os cursos

A rede escolar de Terras de Bouro era constituída, em 2020, por 15 ofertas de ensino distribuída da seguinte forma: 7 Pré-escolar dois dos quais privados, 3 escolas com primeiro ciclo, duas escolas com 2º e 3º ciclos e uma que ministra ensino secundário, todas descentralizadas.



REDE ESCOLAR DO CONCELHO ESTABELECIMENTOS

7

pré-escolar

3

centros escolares

2

escolas básicas 2,3 e secundária

1

escola secundária



DOCENTES NO ENSINO PRÉ-ESCOLAR, BÁSICO E SECUNDÁRIO (2020)

79%
mulheres

21%
homens

Síntese desporto

O desporto no município apresenta, a nível escolar, um equilíbrio em termos de representação de rapazes e raparigas; no universo de 89 munícipes, cerca de 52% são raparigas e 48% rapazes.



PRATICANTES DE DESPORTO ESCOLAR

52%
mulheres/
raparigas

48%
homens/
rapazes

Ao nível dos desportos federados, existe uma discrepância acentuada na representação das mulheres e jovens mulheres (8%) e dos rapazes e homens (92%), no município. Dos/as 131 praticantes, 10 são do sexo feminino e 121 do sexo masculino.



PRATICANTES DE DESPORTO FEDERADOS/AS

8%
mulheres/
raparigas

92%
homens/
rapazes

Síntese de ação e proteção social

A proteção social a todos os cidadãos e cidadãs, em situação vulnerável, é um direito consagrado no artigo 63.º da Constituição da República Portuguesa, efetivado pelo Sistema de Segurança Social, aprovado pela Lei n.º 4/2007, de 16 de janeiro, que define as suas bases gerais, princípios, objetivos e estrutura.

A Segurança Social (SS) é um sistema que pretende assegurar direitos básicos dos cidadãos e das cidadãs e a igualdade de oportunidades, assim como promover o bem-estar e a coesão social para os cidadãos e cidadãs portugueses/as ou estrangeiros/as que exerçam atividade profissional ou residam no território nacional.

São inúmeras as ferramentas criadas pela SS para garantir esse fim e que abrangem todas as fases da nossa vida, desde o nascimento até à morte. Neste contexto, evidenciamos apenas as ferramentas que dizem respeito aos dados mais pertinentes, no concelho de Terras de Bouro.

Em termos de taxa de cobertura de cooperação da SS, em 2020, verificámos que 72% das crianças com menos de 3 anos frequentam creches e creches familiares e 31% frequenta os Jardins de Infância da rede pública. A população residente com idade igual ou superior a 65 anos e inferior a 75 anos coberta por centros de dia é de 3%. A população residente com idade igual ou superior aos 65 anos abrangida pelo serviço de apoio domiciliário é de 8%. A taxa de cobertura de ERPI para população residente com idade igual ou superior aos 75 anos tem um valor de 11%.



TAXA DE COBERTURA DE COOPERAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

3%

da população com (+) de 65 anos (-) de 75 em centros de dia

8%

da população com (+) de 65 anos serviço de apoio domiciliário

11%

da população com (+) de 75 anos em ERPI



TAXA DE COBERTURA DE COOPERAÇÃO DA SEGURANÇA SOCIAL

72%

crianças com (-) de 3 anos em creches

31%

jardins de infância da rede pública



Em relação a pensões de aposentação, invalidez ou sobrevivência, atribuídas pela SS e pela Caixa Geral de Aposentações (CGA), a residentes do concelho de Terras de Bouro, do total de pensões atribuídas no ano de 2020, 41% dos 47,7% foram da responsabilidade da SS, e somente 6,7% do total da categoria corresponderam à CGA.

Ao observarmos os dados relativos aos beneficiários e beneficiárias do subsídio de desemprego da SS, [número totais e proporção, por sexo, em 2020], percebemos que, no município de Terras de Bouro, 51,3% do total da categoria era do sexo feminino, comparativamente aos 48,7% do sexo masculino.



PRESTAÇÕES SOCIAIS
PENSÕES DE APOSENTAÇÃO,
INVALIDEZ OU SOBREVIVÊNCIA

41%

responsabilidade
da SS

6,7%

responsabilidade
da CGA



**BENEFICIÁRIOS/AS DO SUBSÍDIO
DE DESEMPREGO DA SEGURANÇA
SOCIAL (2020)**

51,3%

mulheres

48,7%

homens

Os dados relativos aos beneficiários e beneficiárias do subsídio social de desemprego da SS, em 2020, apresentam uma disparidade, na variável sexo, bastante acentuada. Se assumirmos que o subsídio social de desemprego é o montante compensatório atribuído pela segurança social a desempregados/as com baixo rendimento familiar e que não podem aceder ao subsídio de desemprego (INE), percebemos que as munícipes se encontram mais fragilizadas, já que ocupam 82% do total da categoria.

No sentido de clarificar se existiam mais ou menos homens ou mulheres a receber o apoio da SS, enquanto estão incapacitados/as para trabalhar, podemos observar no ano em análise, de 2020, existiram 164 beneficiárias e 150 beneficiários deste apoio da SS: em termos proporcionais, temos novamente um predomínio das munícipes, com cerca de 52,9% do total de beneficiários/as.



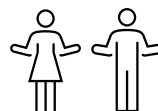
BENEFICIÁRIAS/OS DO SUBSÍDIO SOCIAL DE DESEMPREGO (2020)

82%

mulheres

18%

homens



BENEFICIÁRIOS/AS DO SUBSÍDIO POR DOENÇA

164

mulheres

150

homens

No que diz respeito à proteção social em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica, traduzida na atribuição do Rendimento Social de Inserção (RSI), e ao analisarmos a percentagem de beneficiários/as do RMG e RSI da Segurança Social no total da população residente no município de Terras de Bouro, no total da população em 2020, havia 20 residentes do sexo feminino e 35 do sexo masculino a receber RSI.

O Complemento Solidário para Idosos (CSI) é uma prestação extraordinária de combate à pobreza da população idosa. Destina-se a pensionistas com mais de 65 anos de idade, uma vez que este grupo está mais exposto a situações de privação monetária, porque afigura-se, muitas vezes, rendimentos exclusivamente provenientes das pensões mínimas.

Têm direito ao CSI os idosos e idosas titulares de pensões de velhice, sobrevivência ou equiparadas de qualquer sistema de proteção social nacional ou estrangeiro, que residam legalmente em território nacional há mais de 6 anos.

Uma vez que este benefício é uma prestação pecuniária extraordinária de combate à pobreza da população idosa, é possível inferir que a população feminina, por comparação, é mais carenciada que a masculina, auferindo rendimentos de pensões inferiores.



RENDIMENTO SOCIAL DE INSERÇÃO

20

mulheres

35

homens



COMPLEMENTO SOLIDÁRIO PARA IDOSOS

mulheres

com pensões inferiores

A Bonificação por Deficiência é outra prestação social pertinente para questões da IGND. Representa uma bonificação acrescida, atribuída pela SS ao subsídio familiar, a crianças e jovens com idade inferior a 24 anos, com deficiência. Em 2020, 55 pessoas receberam este acréscimo, mais 34% dos apoios registados em 2015, com 41 entradas.



EVOLUÇÃO DA ATRIBUIÇÃO DA BONIFICAÇÃO POR DEFICIÊNCIA

em 2020 **55** pessoas receberam
 acréscimos **+34%** que em 2015

Síntese socio económica

Segundo os Censos de 2011, a taxa de atividade representa o número de pessoas ativas por cada 100 pessoas, com 15 e mais anos. Por sua vez, a população ativa representa a mão-de-obra disponível para trabalhar, incluindo as pessoas que estão empregadas e desempregadas.

A taxa de população ativa do município de Terras de Bouro, em 2011, era de 42,7%. O desdobramento do indicador em termos de género apresenta uma taxa de atividade feminina mais baixa do que a masculina, no concelho, e essa diferença é bastante significativa, de 14 pontos percentuais.

Podemos verificar que, a taxa de emprego total do município de Terras de Bouro é de 35,4 pessoas empregadas por cada 100 munícipes com 15 e mais anos.



**TOTAL DE POPULAÇÃO ATIVA
(2011)**

42,7%



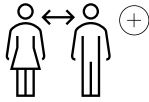
TAXA DE EMPREGO

35,4

em cada 100 munícipes com
emprego

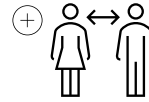
Terras de Bouro apresenta uma disparidade entre a taxa de emprego no feminino e a taxa de emprego no masculino de 16,1 pontos percentuais.

Analisando os números da população desempregada inscrita no IEFP (média anual), por sexo, verificámos que ambos os sexos acompanham a tendência do total da categoria, mas não da mesma forma. Os números no feminino mostram uma predominância de mulheres desempregadas, em 2021, o valor percentual de mulheres desempregadas era de 58,7. Em termos absolutos, no ano de 2021, das 280,2 inscrições, 164,5 eram do sexo feminino e 115,5 do sexo masculino.



DISPARIDADE ENTRE OS SEXOS NA TAXA DE EMPREGO

≠16,1 pontos



DISPARIDADES ENTRE OS SEXOS NO DESEMPREGO

164,5
mulheres

115,5
homens



Quando nos debruçamos sobre a situação, na profissão principal, da população do sexo feminino empregada, os dados indicam que, em 2011, 719 das 993 trabalhadoras trabalhava por conta de outrem, representando 78% das situações profissionais, no feminino. Verifica-se que 84 mulheres trabalhavam por conta própria e 77 por conta própria como empregadora. A situação menos representativa é a da trabalhadora familiar não remunerada.

Quando incidimos sobre a relação de masculinidade da população empregada, segundo o Censos 2011, e tendo por base o setor de atividade económica, percebemos que existem mais homens a trabalhar, no total dos setores de atividade económica, com o valor de 142,1.



SITUAÇÃO LABORAL DAS MULHERES NO CONCELHO (2011)

77

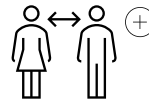
empregadoras

719

por conta de outrem

84

por conta própria



RELAÇÃO DE MASCULINIDADE DA POPULAÇÃO EMPREGADA NO CONCELHO (2011)

142,1

+ homens no total dos setores de atividade económica

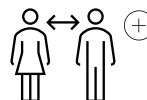
Ao analisarmos o tecido empresarial no território concelhio, o rácio de empresas por cem habitantes, é de 13,3. O número de empresas não financeiras, em termos absolutos, em 2020 era de 860.

Ao analisarmos a evolução da remuneração base média mensal dos trabalhadores e trabalhadoras por conta de outrem, por sexo, é evidente a disparidade salarial no concelho de Terras de Bouro, em termos de género. No último ano em análise, de 2019, uma trabalhadora auferia uma remuneração base média de 683,2 €, enquanto um trabalhador, no exercício de funções equiparadas, auferia uma remuneração base média mensal de 880,1€. Estes valores representam uma disparidade salarial, na remuneração base, de 197€.



TECIDO EMPRESARIAL NO CONSELHO (2020)

860
empresas



REMUNERAÇÃO (2019)

683,2€
mulheres

880,1€
homens

Síntese saúde

O acesso a uma proteção associada à saúde é um direito previsto na Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo nº 64, independentemente das condições económicas e sociais dos cidadãos e cidadãs.

Ao Estado ficou atribuída a responsabilidade de garantia de prestação universal de cuidados de saúde, tendo justificado a criação do Serviço Nacional de Saúde (SNS) com a premissa de providenciar, com prestadores/as de cuidados de saúde em rede, o acesso a um serviço gratuito ou com taxas de valor reduzido, a todos/as os/as cidadãos e cidadãs.

As Unidades Locais de Saúde constituem, neste sentido, o primeiro acesso da população à prestação dos cuidados de saúde, daí designados como primários, adotando relevantes funções de promoção da saúde e prevenção da doença, prestação de cuidados na doença e ligação a outros serviços para a continuidade dos cuidados.

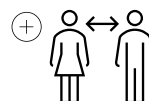
Segundo o Diagnóstico Social (2016-2021), a rede de equipamentos e serviços de saúde disponíveis no concelho de Terras de Bouro era constituída, em 2015, ao nível dos cuidados de saúde primários, pelo Centro de Saúde de Terras de Bouro, com a descentralização de serviços em dois polos (Terras de Bouro e Rio Caldo).

O número de utentes inscritos/as em 2022 é de 6.222, sendo 3.198 mulheres e 3.024 homens.



REDE DE SAÚDE E POPULAÇÃO CENTRO DE SAÚDE DE TERRAS DE BOURO

descentralizado em **2** polos



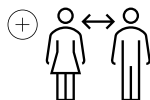
INSCRITOS/AS NA REDE DE SAÚDE EM TERRAS DE BOURO

3.198
mulheres

3.024
homens

Em 2020, existiam 8 médicas e 2 médicos a exercer no concelho.

Outro dado pertinente para caracterizar a rede de saúde é o rácio de profissionais de farmacêutica, por habitante. Em 2020 na área da farmacêutica o rácio era de 1592 habitantes por profissionais de farmacêutica.



CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – SAÚDE (2020)

8

médicas

2

médicos



CARACTERIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS – FARMACÊUTICA (2020)

1.592

profissionais de farmacêutica

Síntese segurança

Quando observamos a evolução do número de crimes registados pelas autoridades no concelho de Terras de Bouro, no ano de 2020 registou-se 164 ocorrências.

Do valor total de crimes registados interessa perceber a sua distribuição, por tipo de crimes. Assim, no ano de 2020 o tipo de crime mais ocorrente foi o crime contra o património, que representa 74 dos registos. Os crimes contra a vida em sociedade tiveram 44 respostas e contra pessoas representaram 40 ocorrências.



CRIME MAIS OCORRENTE

74 crimes
contra o
património

44 crimes
contra a vida em
sociedade

40 crimes contra pessoas



CRIMES REGISTADOS

164
ocorrências

Ao observarmos os dados relativos a crimes registados pelas autoridades, no concelho de Terras de Bouro, mas distribuídos pelas principais categorias de crime, percebemos que na categoria de VD teve 23 respostas em 2011 e 8, em 2020, o que representa uma diminuição de 65% das ocorrências. O furto em residência é a categoria de crime que apresenta um decréscimo mais acentuado, com menos 91% das ocorrências, nos anos em análise.



EVOLUÇÃO DO CRIME DE FURTO EM RESIDÊNCIA

-91%

das ocorrências de 2011 a 2020



EVOLUÇÃO DO CRIME DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

2011

2020

23

8

ocorrências

ocorrências



Em termos de estrutura de apoio às vítimas de violência contra as mulheres e violência doméstica, o concelho de Terras de Bouro, dispõe de um gabinete que proporciona o atendimento, apoio, proteção e reencaminhamento de vítimas de violência doméstica/género, nas dimensões social, psicológica e jurídica, atuando numa lógica de trabalho em rede por forma a dar respostas de proximidade no apoio e intervenção multidisciplinar e especializada às vítimas.

Note-se que esta estrutura emerge de uma parceria estabelecida com os Municípios de Amares e Vila Verde, que numa lógica de ação em rede detém o Gabinete de Apoio às Vítimas do Alto Cávado (GAVAC), enquanto estrutura de atendimento que funciona de modo descentralizado e permite o acesso da população residente a esta resposta em qualquer um destes territórios.



ESTRUTURA/RESPOSTAS DE APOIO NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA

GAVAC

Gabinete de apoio a adultos, crianças e/ou jovens vítimas ou expostas a situação de violência doméstica e género



PROJETOS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA, IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO

Projeto Envolver

Projeto Chega+

Projeto Aurora

**Projeto Cávado +
igual**

Diagnóstico interno

Caracterização dos recursos humanos

A primeira parte do diagnóstico interno do município é feito a partir do Balanço Social (BS) da Câmara Municipal de Terras de Bouro, que permite a caracterização demográfica do pessoal ao serviço, bem como o resultado da recolha de uma diversidade de indicadores considerados necessários para uma melhor leitura deste universo, organizada por sexo, e por áreas de intervenção.

A Câmara Municipal de Terras de Bouro, constituída por um universo global de 215 trabalhadores e trabalhadoras em 2021, apresentava mais trabalhadoras (118) do que trabalhadores (97). A desagregação por sexo evidencia a sua proporção: 55% no feminino para 45% no masculino.



TRABALHADORES/AS

118 trabalhadoras

97 trabalhadores

No que diz respeito às faixas etárias dos/as trabalhadores/as, verifica-se uma predominância masculina nos níveis etários 25-29, 30-34 anos e nos escalões mais altos (60-64 e 65-69 anos). Todos os outros níveis etários apresentam uma predominância no feminino, com particular destaque para a faixa etária dos 50 aos 54 anos, com 27 trabalhadoras e 17 trabalhadores, numa proporção de 61% para 39%.



FAIXAS ETÁRIAS DOS/AS TRABALHADORES/AS

MAIOR PREDOMINÂNCIA TRABALHADORAS

+ mulheres
Dos 50-54

MAIOR PREDOMINÂNCIA TRABALHADORES

+ homens
Dos 25-29 e
dos 30-34 e
a partir dos 60 anos

Nos níveis de escolaridade mais baixos, até ao 6º ano, verifica-se uma predominância do sexo masculino. A partir do 9º ano de escolaridade registam-se mais elementos do sexo feminino em todas as respostas, exceto no 11º ano completo. O nível de escolaridade completo mais representativo é o do 12º ano, com 78 registos, 65% dos quais são trabalhadoras e 35% trabalhadores.



NÍVEIS DE ESCOLARIDADE

MULHERES

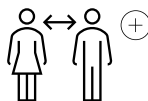
a partir do 9º ano, exceto
o 11º ano completo

HOMENS

até ao 6º ano
e 11º ano completo

Quando incidimos sobre a modalidade de vinculação entre as trabalhadoras e trabalhadores e o município, percebemos que 9,3 em cada 10 regista a modalidade de CTFP por tempo indeterminado. Neste tipo de relação contratual existem 56% de trabalhadoras e 44% de trabalhadores. Em comissão de serviço existe uma predominância no masculino, na ordem dos 83%.

Analisando a composição do órgão da Câmara Municipal, desagregado por sexo, verifica-se que a presidência e a vice-presidência do órgão executivo do Município é composta por elementos do sexo masculino. A vereação é constituída por um elemento do sexo masculino e dois elementos do sexo feminino, sendo que 1 está a tempo inteiro (1 mulher), outro está a meio tempo (1 homem) e 1 mulher em regime de não permanência).



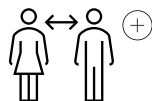
VÍNCULO CONTRATUAL

MODALIDADE CTFP POR TEMPO INDETERMINADO

56%
trabalhadoras

44%
trabalhadores

83%
comissão de serviço



COMPOSIÇÃO DO ÓRGÃO EXECUTIVO

Presidente e Vice-Presidente

2
homens

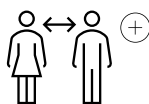
Vereação

2
mulheres

1
homem

Ao nível da composição dos órgãos da Assembleia Municipal, desagregado por sexo, verifica-se que a presidência é composta por um elemento do sexo masculino. Nos restantes membros da assembleia estão representadas 5 mulheres e 23 homens, numa proporção de 17% no feminino para 83% no masculino.

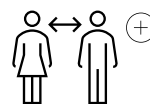
Ao incidirmos sobre a representação de mulheres e homens nos cargos de direção do município, percebemos que só existem homens no total da categoria.



COMPOSIÇÃO DOS ÓRGÃOS DA ASSEMBLEIA

17%
mulheres

83%
homens

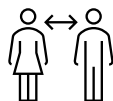


CARGOS DE DIREÇÃO DO MUNICÍPIO

totalidade
homens

A análise do capital humano do município, por categoria profissional, permite-nos identificar a categoria de Assistente Operacional como a mais representativa, com mais de 53% dos trabalhadores e trabalhadoras do município. A desagregação por sexo indica uma representatividade igualitária nesta categoria profissional.

A segunda categoria mais representativa é a de Assistente Técnico/a, com cerca de 21% de pessoas ao serviço do Município. A terceira categoria é a de Técnico/a Superior, com 18% do total, e é nesta que se verifica o maior predomínio de trabalhadoras, numa proporção de 70% para 30%.



CATEGORIA DE ASSISTENTE OPERACIONAL DO MUNICÍPIO

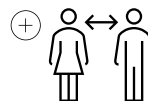
+REPRESENTATIVA CORRESPONDE A 53% DOS/AS TRABALHADORES/AS

50%

mulheres

50%

homens



CATEGORIA DE ASSISTENTE TÉCNICA/O DO MUNICÍPIO

REPRESENTA 21% DAS/OS TRABALHADORAS/ES

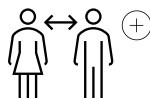
70%

mulheres

30%

homens

Os indicadores do ganho médio mensal dos/as trabalhadores/as do município, por sexo e por categoria, registam valores diferenciais muito diversos: na categoria de técnico/a superior os trabalhadores ganham mais 75,49€; na de assistente técnico mais 22,60€; na de assistente operacional mais 100,34€.



GANHO MÉDIO MENSAL DOS/AS TRABALHADORES/AS

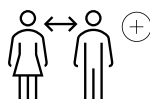
CATEGORIA TÉCNICO/A SUPERIOR

1465,27€

mulheres

1540,76€

homens



GANHO MÉDIO MENSAL DOS/AS TRABALHADORES/AS

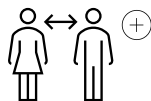
CATEGORIA ASSISTENTE TÉCNICO/A

934,34€

mulheres

956,94€

homens



GANHO MÉDIO MENSAL DOS/AS TRABALHADORES/AS CATEGORIA ASSISTENTE OPERACIONAL

776,53€
mulheres

876,87€
homens

O registo do número de horas de trabalho extraordinário durante o ano de 2021 indica-nos uma predominância masculina, de 95% do total da categoria. O maior volume de trabalho extraordinário, cerca de 56%, é realizado no descanso semanal obrigatório e 94% é efetuado por trabalhadores. O período de descanso semanal complementar é aquele que apresenta maior disparidade em termos de sexo, com 97% das horas de trabalho extraordinário realizadas por elementos do sexo masculino.



TRABALHO EXTRAORDINÁRIO

95%

> taxa do masculino

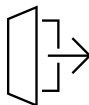
56%

realizado no descanso
semanal complementar

97%

realizado no descanso
semanal obrigatório

A análise do absentismo, desagregado por sexo, e tendo por base o motivo da ausência aos dias de trabalho, apresenta uma maior taxa no feminino, com cerca de 67% dos totais da categoria. O motivo de doença ocupa 51% dos registos e tem uma representação feminina de 61%. Para além deste, os motivos a realçar, no feminino, são a proteção da parentalidade (92%).



ABSENTISMO

67%

> taxa do feminino

51%

motivo por doença

92%

motivo proteção à parentalidade

Diagnóstico participativo

A metodologia participativa de eleição foi o *focus group*, que teve como objetivo apoiar a recolha de dados específica e detalhada acerca das temáticas da IGND, e das suas dimensões chave, a partir de um grupo de elementos previamente selecionados.

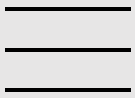
Estes grupos focais incidiram sobre as duas dimensões chave deste diagnóstico: uma vertente interna, virada para a orgânica do Município, e uma vertente externa, focada no território e na comunidade.

Para a elaboração do guião/ matriz que serviu de base para o desenvolvimento destes grupos foi utilizado o kit de ferramentas para diagnósticos participativos produzidos pelo Projeto Local Gender Equality (LGE), com os contributos da EIVL do município, bem como os serviços da autarquia e a equipa da CIM do Cávado.

Notas Conclusivas da Sessão de Diagnóstico Participativo

Boas Práticas no Município

- Reforçar a formação de pessoal docente e não docente (IGND) nas escolas
- Criar sinergias entre a escola e a família e investir na parentalidade positiva
- Sensibilizar e capacitar públicos estratégicos para estas temáticas
- Promover a autonomia económica das mulheres, no sentido do seu empoderamento
- Aumentar a literacia económica e a capacidade de gestão financeira da comunidade, em particular nos grupos mais vulneráveis
- Encontrar formas inovadoras para incentivar a adesão da comunidade sénior às iniciativas e projetos promovidos pela autarquia
- Incentivar a participação cívica e o envolvimento nas questões de cidadania
- Manter os projetos e respostas ao nível da violência



Entidade Promotora



Entidade Parceira



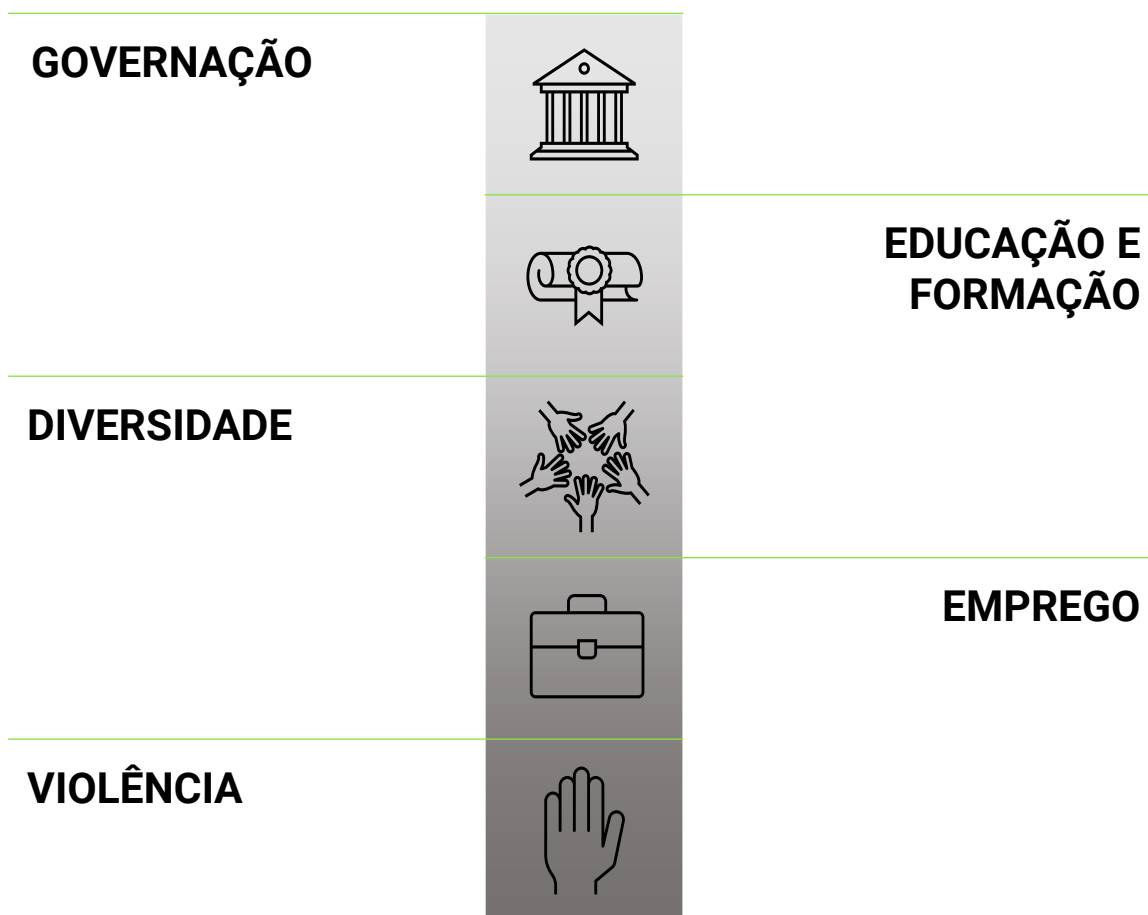
Entidades Financiadoras



Plano de ação

O Plano de Ação do Plano Municipal para a Igualdade e não Discriminação do Município de Terras de Bouro estrutura-se em 5 eixos prioritários em articulação e complementaridade.

Esquema por eixo com as tipologias de ação principais:



Eixos Prioritários de Intervenção

Alinhamento Estratégico



GOVERNAÇÃO



DIMENSÃO

Interna e Externa.

OBJETIVO GERAL

1. Promover um modelo de governança e de articulação interinstitucional assente na integração da Igualdade de Género (IG) e não discriminação no território.

Reforçar o nível de recolha e gestão da informação produzida sobre a ação municipal, com desagregação por sexo, (por exemplo: ações de sensibilização; nos documentos estratégicos municipais, relatórios de atividades e projetos, etc.).

Assumir uma política pró-ativa na gestão igualitária e não discriminatória dos recursos humanos da autarquia (por exemplo: revisão e/ou criação dos códigos de conduta e procedimentos internos para as questões de violência, assédio e não discriminação).

TIPOLOGIA DA AÇÃO

Adotar prática de comunicação institucional promotora da IG e não discriminação na comunicação interna e externa do município, conciliando com dinâmicas de formação, sensibilização e criação de guias orientadores para uma comunicação assertiva e inclusiva.

Garantir o acompanhamento, divulgação e partilha de experiências/boas práticas nas áreas da IGND (por exemplo: reuniões da Equipa para a Igualdade na Vida Local; organização das semanas municipais para a Igualdade; etc.).

Promover um urbanismo sensível às questões de IG e não discriminação.



PROMOTOR	Município de Terras de Bouro.
POTENCIAIS PARCEIROS	CIM Cávado, Municípios do Cávado, EIVL de Terras de Bouro, Conselho Local de Ação Social (CLAS) da rede Social, Comissão para a Igualdade de Género e Cidadania (CIG).
PÚBLICO-ALVO	Comunidade em Geral, Executivo municipal, dirigentes, colaboradores/as, parceiros sociais, gabinete de comunicação municipal, meios de comunicação social, municípios do Cávado, juntas de freguesia, equipa para a igualdade na vida local.
INDICADORES E METAS	Nº de indicadores atualizados, nº de relatórios e atividades com informação desagregada por sexo, nº de ações de sensibilização e divulgação, nº de participantes, nº de objetivos incluídos no SIADAP1/2, Criação de código de conduta, % de procedimentos anuais em que os sexos se encontram igualmente representados nos júris, Guia de comunicação e linguagem inclusiva elaborado, nº de reuniões, brochura do PMIND criada e disponibilizada no site, % de execução das atividades.

EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO



DIMENSÃO

Interna e Externa.

OBJETIVO GERAL

2. Integrar a perspetiva da Igualdade e não Discriminação (IND) na formação dirigida ao capital humano do território.

3. Promover uma educação assente nos princípios da IND e livre de estereótipos de género, para raparigas e rapazes.

Promover ações de capacitação, formação e sensibilização para diferentes públicos-alvo (pessoal docente e não docente, capital humano da autarquia e das organizações dos diferentes setores de intervenção local).

Inclusão nos Planos de Formação Internos dos Municípios de ações de formação sobre as questões da conciliação, a igualdade e não discriminação.

TIPOLOGIA DA AÇÃO

Incentivar a integração da perspetiva da igualdade de género e não discriminação nas práticas educativas formais e informais (por exemplo: ações de sensibilização nas escolas sobre questões de igualdade nas acessibilidades às profissões e ao mercado de trabalho, desconstrução de estereótipos; etc.).

PROMOTOR

Município de Terras de Bouro.

POTENCIAIS PARCEIROS

CIM Cávado, CFAE Alto Cávado, Agrupamentos de Centro de Saúde (ACES), CLAS da Rede Social, CIG, estabelecimentos de ensino e EIVL de Terras de Bouro.

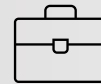
PÚBLICO-ALVO

Comunidade em Geral, pessoal docente e não docente, dirigentes e chefias intermédias, colaboradores/as, parceiros sociais, juntas de freguesia, tecido empresarial local, profissionais de saúde, ação social e justiça.

INDICADORES E METAS

Nº de ações de realizadas, nº de participantes envolvidos, nº de organizações envolvidas/participantes, e nº de iniciativas desenvolvidas.

EMPREGO



DIMENSÃO

Interna e Externa.

OBJETIVO GERAL

4. Promover a IGND no acesso ao mercado de trabalho e a conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar, no exercício das profissões.

Iniciativas de promoção da igualdade e conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar a nível territorial, através da divulgação de apoios, medidas que divulguem as boas práticas de IG, não discriminação e conciliação, nas organizações do território.

TIPOLOGIA DA AÇÃO

Promover as boas práticas e a igualdade de oportunidades no acesso ao mercado de trabalho e ao exercício das profissões (por exemplo: ações de sensibilização para o combate à segregação sexual nas profissões e à violência, em contexto de trabalho, sobre as medidas de responsabilidade social, e de inserção socioprofissional de públicos diferenciados).

PROMOTOR

Município de Terras de Bouro.

POTENCIAIS PARCEIROS

CIM Cávado, Municípios do Cávado, CIES-ISCTE, EIVL de Terras de Bouro, CLAS da rede Social, CIG/ CITE.

PÚBLICO-ALVO

Colaboradores/as, parceiros sociais, tecido empresarial local.

INDICADORES E METAS

Nº de ações de realizadas, nº de participantes, nº de organizações mapeadas, nº de ações de divulgação realizadas, nº de organizações envolvidas, nº de iniciativas de divulgação, % de colaboradores (as) que beneficiam de medidas, nº de empresas envolvidas.

VIOLÊNCIA E DIVERSIDADE



DIMENSÃO

Interna e Externa.

OBJETIVO GERAL

5. Transversalizar a temática da Vítimas Mulheres de Violência Doméstica. (VMVD).

6. Promover a integração da perspetiva da interseccionalidade nas dinâmicas coletivas e organizacionais do território.

7. Promover a integração da perspetiva da interseccionalidade e da OIEC nas dinâmicas coletivas e organizacionais do território.

TIPOLOGIA DA AÇÃO

Sensibilizar e capacitar para a educação para a diversidade e interculturalidade, desconstrução de preconceitos e estereótipos socioculturais, promoção do emprego inclusivo, etc.

Dinamização de iniciativas que promovam a sensibilização para as questões das minorias sexuais, numa perspetiva de desconstrução de estereótipos e educação para a diversidade.

Promover o conhecimento sobre questões da Orientação sexual, Identidade e Expressão de género e características sexuais e LGBTIQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero e Intersexo), através de ações de sensibilização e informação.



PROMOTOR	Município de Terras de Bouro.
POTENCIAIS PARCEIROS	CIM Cávado, Municípios do Cávado, EIVL de Terras de Bouro, CLAS da rede Social, CIG, Entidades da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica (RNAVVD), Parceiros Sociais, Forças de segurança, SOPRO ONG , Associação Plano i, Estabelecimentos de Ensino.
PÚBLICO-ALVO	Comunidade em Geral, crianças e jovens, parceiros sociais, comunidade da rede escolar, tecido empresarial, colaboradores/as, profissionais de intervenção social, Vítimas de violência, profissionais RNAVVD, justiça, segurança e Comissão de proteção de Crianças e Jovens (CPCJ).
INDICADORES E METAS	Nº de ações desenvolvida, nº de organizações envolvidas, nº de participantes, nº de escolas participantes, nº de profissionais envolvidos, nº de reuniões realizadas, nº de acordos/protocolos para resposta criados, nº de respostas existentes e nº de entidades envolvidas.

Sistema de Governança, Monitorização E Avaliação



O primeiro PMIND de Terras de Bouro apresenta uma matriz de implementação de 5 anos, a partir de 2022. O processo de acompanhamento, monitorização e avaliação de um plano com este horizonte temporal assume uma importância acrescida, tanto ao nível de manutenção do foco nas prioridades identificadas, como no ajustamento estratégico necessário para a concretização dos objetivos e medidas definidas.

Para monitorizar e avaliar a implementação do presente plano pretende-se atuar a dois níveis distintos: um processo de avaliação externo e independente, realizado por uma equipa especializada em matéria de IGND, e, por um lado, uma monitorização, ao nível interno, que vai muito para além dos indicadores de resultados para cada objetivo/medidas sistematizados na matriz do plano. Pretende-se um acompanhamento e aferição mais abrangentes, não só por parte da EIVL, mas das próprias estruturas do município.

A vertente interna de acompanhamento, monitorização e avaliação do PMIND será assumida pela Equipa para a Igualdade na Vida Local (EIVL) que reunirá regularmente com o propósito de planear o conjunto de medidas a operacionalizar e conseqüentemente monitorizar e avaliar o nível de execução dos objetivos e medidas, rever estratégias, reajustar prioridades, coordenar parcerias e fortalecer redes.

Para assegurar este processo de acompanhamento serão desenvolvidos pela equipa técnica interna do Município em articulação com a EIVL os planos de ação anuais, relatórios intercalares e finais que sistematize o balanço anual do PMIND.

A estratégia de comunicação e divulgação do PMIND contempla, na sua vertente interna, a divulgação do PMIND, por e-mail, a todos os colaboradores e colaboradoras. Para além do PMIND, todos os planos de ação anuais, relatórios intercalares e finais de monitorização e avaliação do plano estarão disponíveis no sítio da autarquia.

Ao nível externo, o PMIND estará em destaque no sítio da autarquia e será divulgado, via e-mail, a todos os parceiros, rede social, rede escolar, rede empresarial e associativa do território.

Será realizada uma sessão de apresentação do PMIND, com a presença de todos os/as intervenientes no processo, estendendo o convite aos meios de comunicação locais e regionais, e à comunidade em geral.

No último ano da vigência do plano será efetuada uma avaliação final do PMIND que será apresentada e sujeita a aprovação em reunião de Câmara e submetida à Assembleia Municipal. Este relatório final terá a validação da Equipa para a Igualdade na Vida Local.

Esquema: Intervenientes e tarefas-chave

<p>EQUIPA DE AVALIAÇÃO EXTERNA</p>	<p>Monitorização e avaliação: produção de relatório do 1.º semestre</p>
<p>EIVL TERRAS DE BOURO</p>	<p>Monitorização, avaliação e validação anual e final</p>
<p>REUNIÃO DE CÂMARA CLAS DA REDE SOCIAL</p>	<p>Validação dos relatórios de execução anuais e revisão estratégica</p>
<p>REUNIÃO DE CÂMARA ASSEMBLEIA MUNICIPAL</p>	<p>Aprovação anual e final dos relatórios anuais e final de execução do Plano</p>

Consulta integral



Entidade Promotora



Entidade Parceira



Entidades Financiadoras



BROCHURA DO PLANO MUNICIPAL PARA A IGUALDADE E NÃO DISCRIMINAÇÃO 2022-2027



no cavado
PRÓ-IGUALDADE

Entidade
Promotora



Entidade
Parceira



Entidades
Financiadoras

